

DA POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS AO AGRONEGÓCIO: O ASSENTAMENTO FAZENDA FLORES NO CERRADO PIAUIENSE, UM CAMPO DE REFLEXÕES

FROM THE SETTLEMENT POLICY TO THE AGRICULTURAL BUSINESS: THE FAZENDA FLORES SETTLEMENT ON PIAUI'S CERRADO, A FIELD OF CONSIDERATIONS

Jucelia Maria Rocha Oliveira¹
Ronaldo Barros Sodré²
José Sampaio de Mattos Junior³

RESUMO: A dinâmica do espaço agrário no Piauí ganha novos elementos com a expansão da fronteira agrícola para o cerrado piauiense gerando entraves para a territorialização dos assentamentos nessa região na medida em que intensifica a concentração fundiária. Nesse sentido, o trabalho analisa as políticas públicas voltadas para os assentamentos rurais no Piauí frente ao avanço do agronegócio. A pesquisa contou com revisão bibliográfica, levantamento de dados e trabalho de campo com aplicação de entrevistas por meio de roteiros semi-estruturados com assentados do PA Fazenda Flores, com representantes da Comissão Pastoral da Terra - CPT e técnicos do Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária - INCRA. As análises realizadas a partir do assentamento Fazenda Flores localizado no cerrado da região sudoeste piauiense apontam um processo em que os camponeses enfrentam dificuldades para permanecerem no território após a conquista da terra.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais. Fronteira Agrícola. Agronegócio. Cerrado Piauiense. PA Fazenda Flores.

ABSTRACT: The economy of agricultural space in the state of Piauí gains new elements with the expansion of the agricultural frontier to the cerrado of Piauí, generating entries for a territorialization of the settlements in that region as it intensifies land concentration. In this sense, the work analyzes public policies aimed at agricultural settlements in Piauí, in view of the advance of agribusiness. A reported survey with bibliographic review, data collection and fieldwork with interviews using semi-structured rotators with settlers from PA Fazenda Flores, representatives of the Pastoral Land Commission - CPT and technicians from the National

1 Mestra em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: jucelia_oliveira90@hotmail.com.

2 Docente do curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: Ronaldo-sodre@hotmail.com.

3 Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: sampaio.uema@gmail.com.

Artigo recebido em março de 2020 e aceito para publicação em setembro de 2020.

Institute of Colonization and Reform Agrarian - INCRA. Like the analyzes carried out after the settlement, Fazenda Flores, located in the cerrado of the southwest region, pointed to a process in which the peasants faced difficulties to remain in the territory after the conquest of the land.

Keywords: Rural Settlements. Agricultural Frontier. Agribusiness. Piauí's Cerrado. Settlement Project Fazenda Flores.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a reorganização da estrutura fundiária como forma de promover a melhor distribuição de terras, foi por muito tempo pauta das discussões que buscavam pensar o desenvolvimento do social e econômico do Brasil. É sabido que uma reforma agrária nos moldes clássicos nunca se efetivou, mas é inegável também, a importância das políticas públicas voltadas para territorialização dos assentamentos rurais no país. Os assentamentos possuem grande representatividade, pois surgem das lutas camponesas, evidenciando, portanto, a territorialização do processo histórico de luta pela terra e consequentemente, das políticas públicas que vieram se efetivar no campo brasileiro.

Considerando a relevância das políticas de assentamentos rurais e sua representatividade, a discussão empreendida no trabalho parte da territorialização dos assentamentos rurais no estado do Piauí chamando a atenção para o contexto de expansão da fronteira agrícola no cerrado piauiense e os entraves para a constituição destes territórios.

A política de assentamentos no Piauí apresentou um quadro modesto em relação ao número de assentamentos criados e famílias assentadas até o processo de redemocratização do país. A política passa a avançar após esse período quando os movimentos camponeses passam a ganhar visibilidade, com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a criação do Instituto de Terras do Piauí.

Entretanto, apesar dos avanços no número de assentamentos criados e famílias assentadas, a estrutura fundiária concentrada ainda é uma problemática no campo piauiense e isso se agrava ainda mais com a expansão da fronteira agrícola na área que corresponde ao cerrado da mesorregião sudoeste do estado.

A partir da leitura que os assentados fazem desses novos processos que se inserem no cerrado da mesorregião sudoeste é possível compreender não só os desafios para a territorialização dos assentamentos, como também para a permanência no território após a conquista da terra.

Nesse sentido, o presente trabalho analisa a política de assentamentos no Piauí frente ao avanço do agronegócio. Para estruturação da discussão foi necessária revisão bibliográfica, levantamento de dados coletados juntos ao INCRA e IBGE e sistematização do material do trabalho de campo realizado entre janeiro e setembro de 2018 no PA Fazenda Flores localizado na região sudoeste piauiense. No trabalho de campo foram aplicadas entrevistas por meio de roteiros semiestruturados com assentados, como atual presidente da associação do Assentamento, além de entrevista com representante da Comissão Pastoral da Terra do Piauí e com técnicos do INCRA.

O trabalho encontra-se organizado em uma primeira parte com discussão a respeito da territorialização dos assentamentos rurais no Piauí; na segunda parte destacamos o processo de expansão da fronteira agrícola no cerrado piauiense e na terceira tratamos da trajetória do assentamento Fazenda Flores frente a expansão da fronteira agrícola.

A TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO PIAUÍ

No Piauí, assim como no restante do país os assentamentos rurais vem se constituindo como principal forma de acesso à terra, representando muito para os camponeses, pois nascem de suas lutas revelando a importância das mesmas e dos movimentos sociais para a conquista da terra.

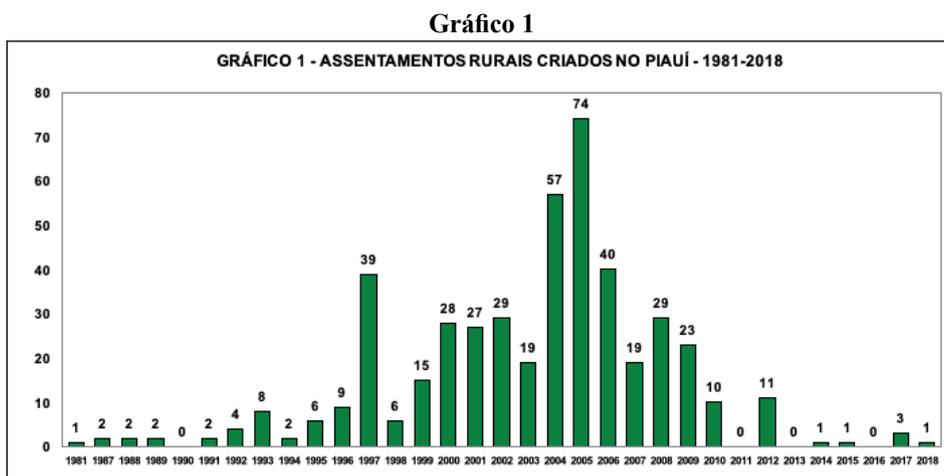
As primeiras ações do poder público foram no âmbito do governo federal, por meio de projetos de colonização, como a criação, em 1932, do Núcleo colonial de David Caldas com 350 famílias e, em 1959, do Núcleo Colonial do Gurgueia com 260 famílias. No entanto, esses projetos de colonização no estado do Piauí, não provocaram grandes resultados com vistas a modificar a estrutura fundiária (ANDRADE; VIANA, 2016).

A pauta da reforma agrária no Piauí passa a ganhar notoriedade por volta da década de 1970 com o processo de modernização agrícola que criou um clima de tensão no campo ainda maior. Na década de 1980, tem-se os primeiros passos para a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁴ no estado, além da atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Piauí (FETAG) e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

Cabe mencionar também com relação a territorialização dos assentamentos rurais, a criação do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) na década de 1980 e sua atuação na implementação dos primeiros assentamentos a partir de 1983 (SANTOS, 2007). Com a criação do INTERPI, temos um avanço e mudanças na questão fundiária piauiense. Segundo Gomes (2011, p. 21) “Esse órgão foi responsável, a partir de então, pelo assentamento de um número significativo de famílias no Piauí. Essas ações se deram através da aquisição de terras por compra direta e pelo uso de terras pertencentes ao Estado [...]”.

A criação do INTERPI tem origem exatamente no momento em que os movimentos dos trabalhadores passam a se fortalecerem e a se articularem na luta pela reforma agrária em âmbito nacional, no período em que o Brasil passa pelo processo de redemocratização e o tema da reforma agrária volta a um amplo debate, culminando na criação do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

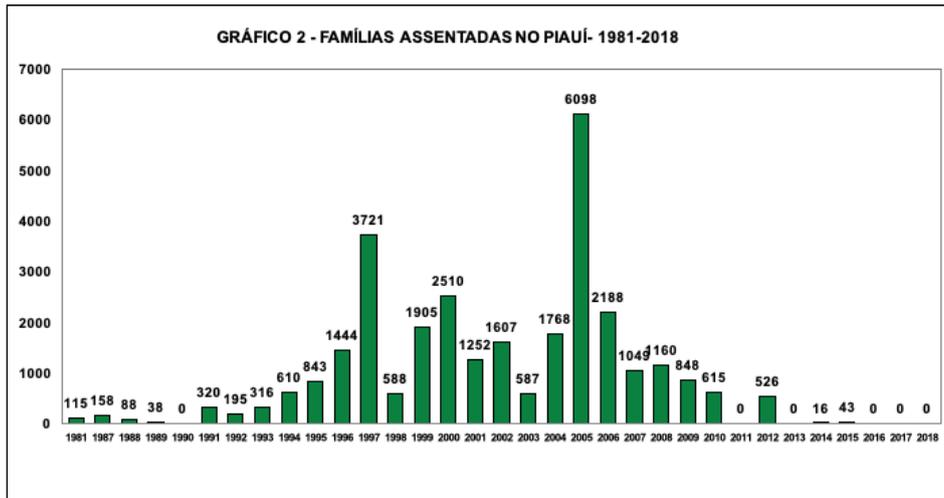
O Gráfico 1 apresenta os dados referentes ao número de assentamentos rurais no Piauí, apontando um quadro sem grandes avanços no que tange a reforma agrária no estado até a década 1990.



Fonte: INCRA, Relatório SIPRA, 2020. Org. dos autores.

Até o ano de 1990, o estado tinha somente 7 assentamentos o que estava na contramão do PNRA, que pretendia assentar 99.990 famílias no Piauí até o ano 1989 (ANDRADE; VIANA, 2016). Assim como o número de assentamentos o mesmo pode ser observado com as famílias assentadas que até meados da década de 1990 apresenta um total de 399 beneficiados, conforme os dados apresentados no Gráfico 2.

Gráfico 2



Fonte: INCRA, Relatório SIPRA, 2020. Org. dos autores.

O quadro no número de assentamentos criados e de famílias assentadas começa a evoluir a partir dos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso. Isso pode ser explicado pela atuação dos movimentos sociais na luta pela terra que se especializou no Piauí e em outros estados brasileiros.

Sucedendo o governo FHC, temos o governo Lula com primeiro mandato em 2003 que traz a esperança de realização de uma reforma agrária ampla com a criação de um II Plano Nacional de Reforma Agrária que traz como título *Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural*. A meta do II PNRA era o assentamento de 400 mil famílias em projetos de reforma agrária, no entanto, o que ocorreu na prática foi a continuidade das políticas de assentamentos rurais do governo anterior.

A realidade da reforma agrária no Piauí no governo Lula aponta um número de assentamentos superior aos anos anteriores. Temos em média 271 assentamentos criados durante os dois mandatos de Lula. O mesmo pode se notar com o número de famílias assentadas que apresenta um total de 14.313 famílias beneficiadas

No entanto, apesar dos avanços, pode se dizer que a realização de uma reforma agrária ampla no governo Lula como constava no II PNRA, não aconteceu de fato. Segundo Fernandes (2013) após as suas duas gestões a realização de uma reforma agrária permanece como um desafio para o Brasil. O que houve na gestão de Lula foi o fortalecimento do agronegócio favorecendo assim a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa.

[...]Embora o governo Lula tenha praticado diversas políticas de desenvolvimento da agricultura camponesa, estas não foram suficientes para diminuir os níveis de subalternidade do campesinato ao agronegócio e tampouco para realizar uma reforma agrária plena (FERNANDES, 2013, p. 193).

  importante destacarmos que esse quadro tem continuidade no governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014) que também não colocou a reforma agrária como prioridade. Durante a primeira gestão de Dilma Rousseff, 12 assentamentos foram criados no Piaui, com um número de apenas 542 famílias assentadas. Na segunda gestão apenas um assentamento foi criado beneficiando apenas 43 famílias.

No período do governo de Michel Temer os dados de assentamentos criados são praticamente nulos sem nenhuma família assentada no período. No atual governo de Jair Bolsonaro a situa o da política de assentamentos não   diferente, com um agravante, que   na verdade a paralisa o na cria o de assentamentos, tornando ainda mais distante a realiza o de uma reforma agrária.

  importante enfatizar que mesmo com a política de assentamentos no Piaui ao longo da década de 1990, a estrutura fundiária permaneceu sem grandes altera es, conforme dados do Censo Agropecuário de 2006. Os dados evidenciaram que nesse período mais de 3% dos estabelecimentos agropecuários, com áreas superiores a 500 ha, concentram mais de 46% da área total ocupada no estado. Em contraste, a pequena propriedade apareceu com um número expressivo de estabelecimentos, embora com uma área proporcionalmente bastante inferior. Os estabelecimentos agropecuários com áreas de até 100 ha corresponderam a 81% dos existentes no estado, ocupando apenas 26% da área total.

Além dessa problemática de permanência da concentra o fundiária, o campo piauiense ganha novos elementos com o processo de expansão da fronteira agrícola principalmente para a mesorregião sudoeste do estado colocando entraves para a consolida o da territorializa o dos assentamentos nessa região.

Quando ressaltamos os novos elementos estamos nos referindo ao processo de territorializa o do capital nessa área e conseqüentemente ao pouco número de assentamentos criados e famílias assentadas no sudoeste piauiense, o que leva a se pensar que são processos que estão intimamente ligados já que a implementa o de assentamentos em áreas de avanço do capital não   prioridade institucional.

Essa dinâmica vai implicar na fragiliza o na territorializa o dos assentamentos rurais nessa região e isso pode ser constatado a medida em que se observa o número reduzido de assentamentos implementados e famílias assentadas na região sudoeste em rela o as outras regiões do estado (Figura 1).

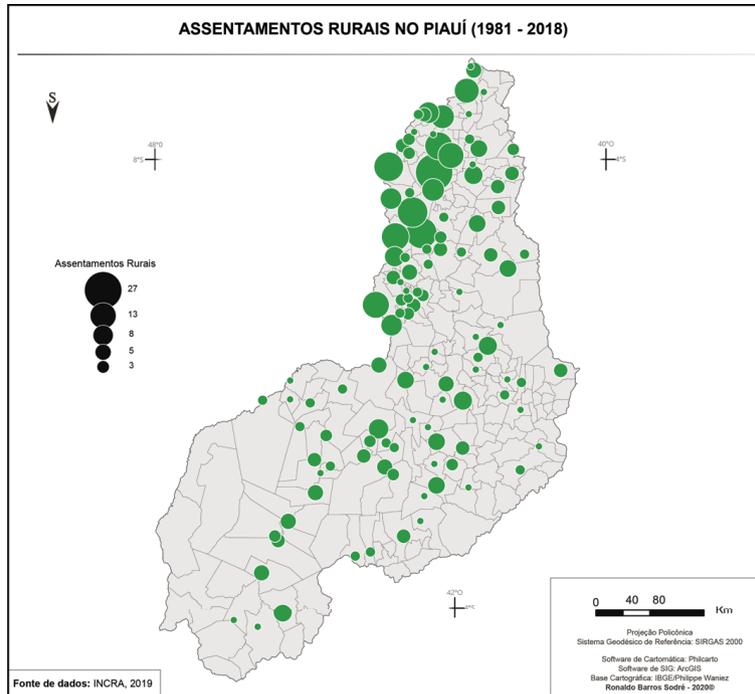


Figura 1. Mapa do Número de Assentamentos no Piauí (1981-2018).

O Piauí chega ao ano de 2018 com 470 assentamentos de reforma agrária, no entanto, observa-se no mapa que grande parte desses projetos se encontram territorializados principalmente na região Norte e Centro Norte do estado. Isso se evidencia também com o número de famílias assentadas (Figura 2).

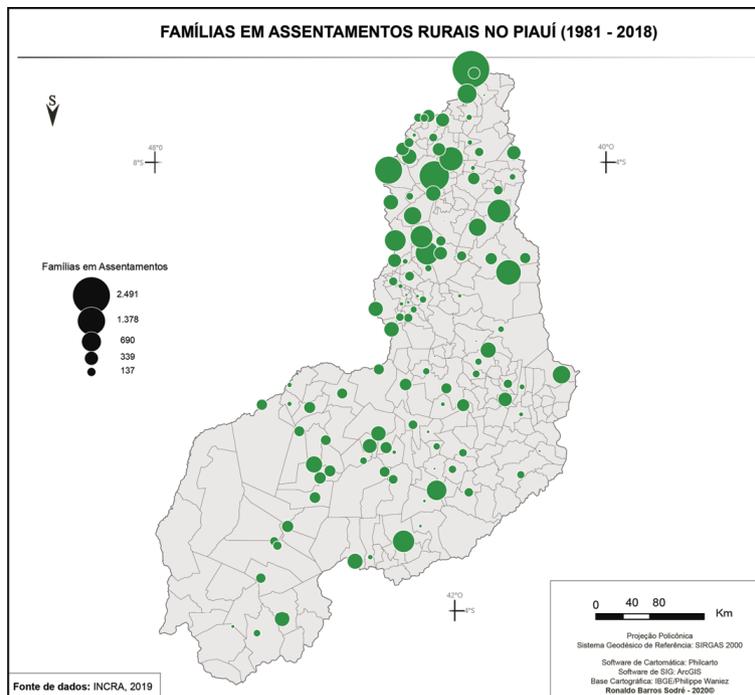


Figura 2. Mapa do Número de Famílias Assentadas no Piauí (1981-2018).

Nota-se no mapa que o número de famílias no Piauí mostra-se inexpressivo na mesorregião sudoeste do estado que corresponde exatamente a região de expansão da fronteira agrícola marcada pelo avanço do agronegócio da soja sobre o cerrado, e que portanto, isso explica esse “vazio” no número de famílias assentadas em relação as outras regiões do estado.

Diante disso, pode se dizer que a um favorecimento para agricultura capitalista na medida que não se observa a implementação de projetos de reforma agrária nas regiões de fronteira agrícola.

A terra nas áreas de avanço do agronegócio, como é o caso da região sudoeste do Piauí, torna-se super valorizada movimentando o mercado de terras. Além disso a grilagem de terras nessas áreas é marcante o que dificulta o processo de apropriação do território pelos camponeses. Todas essas questões colocam-se como entraves e podem explicar o vazio existente com relação ao número de famílias assentadas no sudoeste do Piauí.

O AVANÇO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO CERRADO PIAUIENSE

A manutenção e expansão do capital se realiza por meio de intencionalidades que visam sempre assegurar o seu desenvolvimento. Em diferentes espaços, essa lógica ocorre de forma ajustada a um projeto de reprodução, no meio rural, por exemplo, a reprodução pode ser dada a partir da incorporação de novas áreas.

Com base nisso, podemos assegurar que no campo brasileiro o capital não está desvinculado dessa racionalidade. Quando analisamos a agressividade do modelo de desenvolvimento territorial hegemônico para o campo, por exemplo, observamos esse alinhamento as lógicas de reprodução capitalistas.

Nesse contexto, a região do centro norte brasileiro, na qual o estado do Piauí está inserido, é bastante ilustrativa. O estado vem passando por um intenso processo de transformação de sua geografia, ele faz parte do MATOPIBA, região de planejamento pensada pelo governo federal para o desenvolvimento do agronegócio no país.

De acordo com Almeida, Sodré e Mattos Júnior (2019) essa região tem uma série de características favoráveis à expansão do agronegócio, como os fatores naturais representadas pelas áreas planas e extensas, solos potencialmente produtivos, disponibilidade de água e clima favorável. Destaca-se também a logística para a circulação de mercadorias, além dos históricos incentivos governamentais para o capital no campo. Por outro lado, essa região possui um grande número de populações tradicionais. Dentro dos limites da Região, há um complexo quadro agrário e um conjunto de problemáticas que se exteriorizam por meio de conflitos e violências contra essas populações.

O avanço da fronteira agrícola no cerrado piauiense encontra-se intimamente ligado ao processo de expansão geográfica do capital que como já mencionado, está sempre em busca de novas áreas para se reproduzir. Segundo Monteiro e Aguiar (2006), apesar da modernização voltada para a ocupação dos cerrados piauienses ter-se iniciado na década de 1970, foi somente a partir da década de 1990, que esta se efetivou em termos produtivos, principalmente para a produção de grãos, com destaque para a soja.

Se as desigualdades já marcavam o sul e sudoeste do Piauí antes do território ser apropriado pelo agronegócio, após essa apropriação isso se tornou ainda mais evidente. Os camponeses sentem os impactos dessa apropriação, ficando de fora desse processo modernizador, vivendo em espaços cada vez mais reduzidos e enfrentando o desafio de permanecer em suas terras mesmo com a redução de programas institucionais.

Conforme Alves (2006) esse processo se configura como uma grave ameaça às formas organizativas da população piauiense, principalmente dos pequenos agricultores empobrecidos que presenciam uma crescente redução dos seus espaços de reprodução da vida, aprofundando um processo de exclusão social.

No Piauí, o desenvolvimento do agronegócio tem como seu principal expoente a produção de soja que está concentrada na Mesorregião do Sudoeste Piauiense. Segundo Alves (2006) a sojicultura no Piauí é alavancada a partir do ano de 2002, período em que a multinacional Bunge Alimentos inicia a instalação de uma fábrica de esmagamento dessa oleaginosa no estado, desencadeando uma expansão da produção sojícola no cerrado piauiense para atender as demandas da empresa.

Na Figura 3, a espacialização mostra um significativo crescimento na expansão da área e na produção de soja no estado. Tomando os dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, podemos notar um significativo crescimento da produção em um intervalo de onze anos. Destaque para o município de Baixa Grande do Ribeiro, que produziu no ano 70.853 toneladas no ano de 2006 e em 2017 respondia pela maior produção do estado, 548.097 toneladas. Cabe destacar ainda o município de Cristino Castro, que não registrava produção no ano de 2006 e em 2017 era o terceiro maior produtor do Piauí, com 317.991 toneladas do grão.

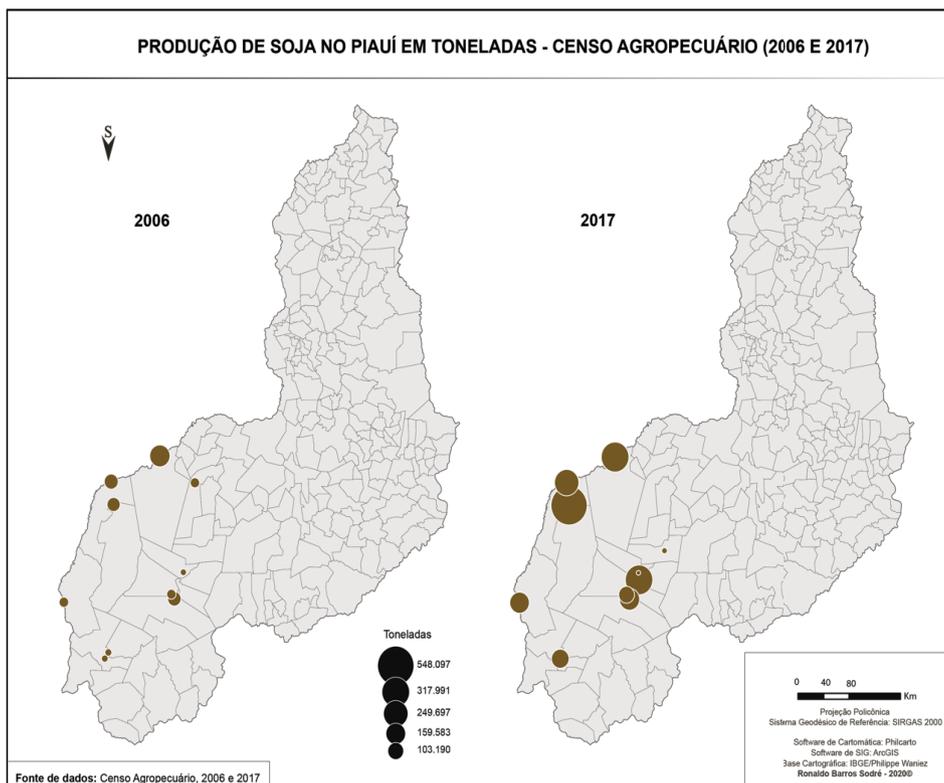


Figura 3. Produção de soja no Piauí em Toneladas (2006 e 2017).

Essa dinâmica que marca o cerrado piauiense abre caminho também para a disputa pelo território, de um lado os novos atores detentores do capital que chegam e se apropriam e do outro os camponeses que lutam para permanecerem e preservarem seus territórios. O cerrado piauiense encontra-se marcado pela presença de novos grupos sociais que construíram ao longo do processo de ocupação,

[...] novas identidades, novas intera es e novas formas de organiza o, que, se por um lado traz importantes ganhos econ micos para o estado, de outro, vem acentuando as já profundas desigualdades econ micas e sociais entre os espaços locais e entre os grupos sociais da região, com novos contornos espaciais, econ micos e demográficos (SANTOS, 2015, p. 120).

Seria significativo se a atual conjuntura na qual se encontra o território piauiense como região de fronteira agrícola altamente tecnificada tivesse tratado de solucionar os velhos dilemas impostos pelo seu próprio processo de forma o territorial. No entanto, o que se assiste   a permanência dos velhos problemas e o surgimento de novos dilemas com a inser o do estado na fronteira agrícola brasileira.

De acordo com Santos (2015, p. 128) a introdu o da moderna agricultura nos cerrados piauienses não resultou na elimina o das disparidades socioecon micas preexistentes, de modo contraditório, as desigualdades econ micas e sociais se acentuaram.

A inser o do território do Pia  na fronteira agrícola brasileira resultou em um processo de ocupa o que tratou de agravar ainda mais a situa o da estrutura fundiária no estado.

O ASSENTAMENTO FAZENDA FLORES FRENTE A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA

O assentamento Fazenda Flores encontra-se em uma área geográfica entre os municípios de Currais e Bom Jesus, que se destacam como grandes produtores de soja, ambos localizados na mesorregião sudoeste piauiense e na microrregião do Alto Médio Gurguéia (Figura 4). O assentamento   fruto da desapropria o de uma propriedade improdutiva realizada pelo INCRA no ano de 2003. O processo de desapropria o foi formalizado pela CPT do Pia , visando fiscalizar o cumprimento da fun o social da terra⁵. O assentamento foi criado em 30 de novembro de 2004 em uma área total de 2.935 há com 58 famílias beneficiadas. Dessas 58 famílias, 27 estavam cadastradas no Programa de Aquisi o de Alimentos – PAA em 2015, 47 inscritas no Cadastro  nico e 29 inscritas no bolsa família segundo informa es constantes na Coordena o-geral de monitoramento e avalia o da gestão – DEA – INCRA de 2016.

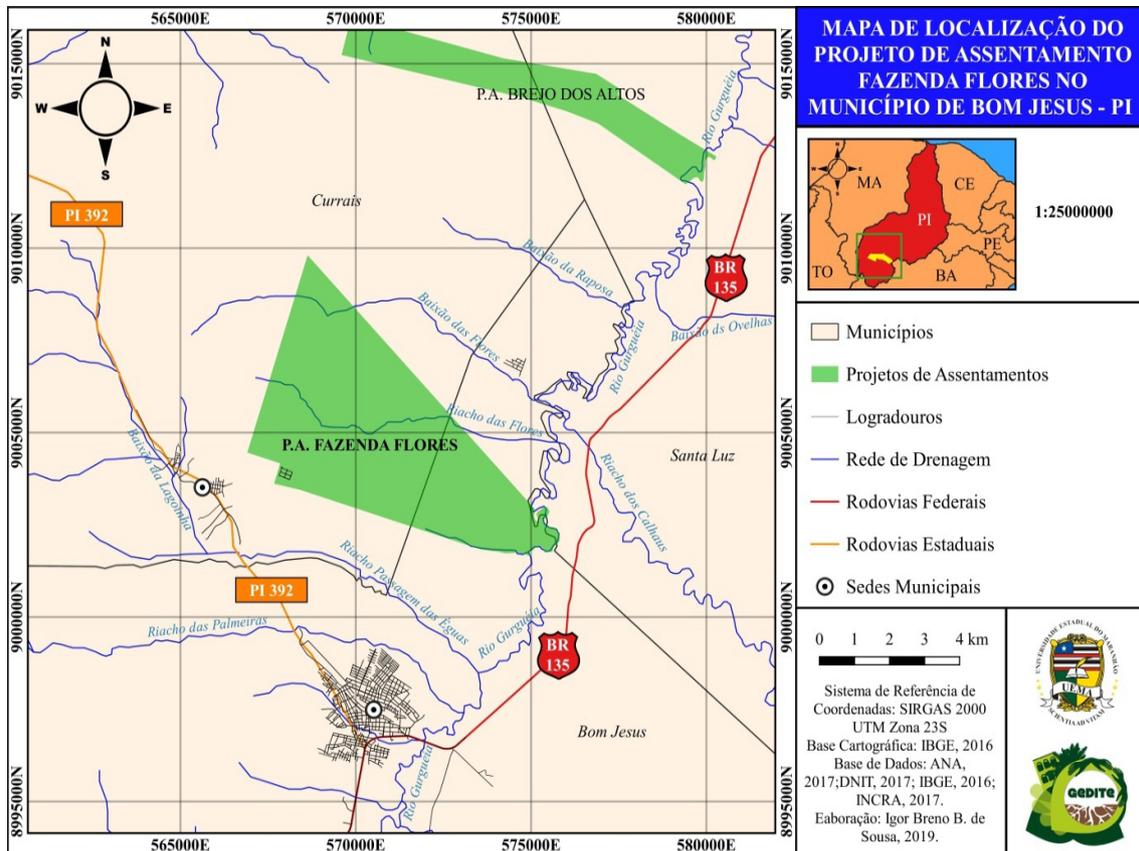


Figura 4. Mapa de Localização do Projeto de Assentamento Fazenda Flores-PI.

A trajetória das famílias assentadas no PA Fazenda Flores revelam histórias de lutassendo que algumas provenientes da condição de arrendatários e outras na condição de posseiros. Conforme relatado em entrevista:

Eu trabalhava como arrendatário, agora assim, tinha muita gente que trabalhava sem pagar renda porque eram posseiro que trabalhava no baixão e eu trabalhava na beira do rio, o dono do terreno ficava mais lá na vazante, ele só arrendava esse povo que trabalhava lá. Aí eu trabalhava lá e pagava a renda, pagava 1 pra ele e 3 pra mim (Entrevista A)⁶.

Por volta do ano de 2001 por meio de um jogo de interesses, houve uma articulação para que o acesso à terra, a qual as famílias já estavam a anos, se desse por meio de financiamento junto ao Banco da Terra.

Isso vem revelar a questão da valorização da terra nas áreas de fronteira agrícola. A terra, um bem comum e principal meio de subsistência dos camponeses passa a ser tratada como mercadoria e estes muitas vezes sem informação acabam se deixando levar, pela falácia que a aquisição da terra por meio da compra era a principal alternativa para a permanência na terra. O contexto na qual se inicia o processo de institucionalização dos programas públicos para a consolidação do assentamento, é exatamente o período em que o agronegócio passa a se expandir no cerrado piauiense dando bases para a valorização da terra.

Diante desses processos é válido destacar a força e a importância de organizações como CPT e Sindicatos na luta pela terra e pelos direitos dos trabalhadores, pois foi por meio dessas duas organizações que se encaminhou o processo de luta pela desapropriação da terra, como se pode perceber na fala da entrevistada assentada e ex presidente do STR de Currais.

Nós desarticulamos esse político, compramos uma briga, fomos ameaçado de morte, inclusive o compadre [...] teve que sair escondido por que foi ameaçado pelos trabalhadores e por esse político da região, por que os trabalhadores queriam a terra e nós fomos tentar explicar, mas ali eles já tinham trabalhado a mente dos trabalhadores que o bom era aquilo ali (Entrevista B)⁷.

As famílias já trabalhavam na terra e buscavam o direito de permanecer na mesma. No entanto, de acordo com entrevista “os trabalhadores não tinham ainda a ideia do quê que eles iam ficar devendo” (Entrevista B), caso a terra fosse vendida ao Banco da Terra. A partir daí iniciou-se um processo de articulação entre Comissão Pastoral da Terra e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Currais no sentido de sensibilizar os trabalhadores a se organizarem para terem direito à terra que não fosse por meio da compra.

Percebe-se que na trajetória do atual PA Fazenda Flores, não houve grande articulação e organização por parte das famílias na luta pela conquista da terra, e todo o processo inicial esteve sob competência da CPT e do Sindicato. Isso traz como reflexão a respeito da fragilidade no fortalecimento da luta pela terra no cerrado piauiense. Segundo destacado pelo representante da CPT:

Naquela região, só a CPT atua, os outros movimentos não conseguem chegar, eles alegam a questão da distância. Tem a FETAG que chega também via seus sindicatos, mas de 10 sindicatos, você tem dois que realmente tem a bandeira para a reforma agrária (Entrevista C)⁸.

O processo de expansão da fronteira agrícola para o cerrado piauiense cria condições para a valorização da terra agravando a questão fundiária e conseqüentemente os conflitos no campo. Isso fica claro quando se observa a realidade precária do assentamento Fazenda Flores, onde os camponeses enfrentam dificuldades, com questões sociais e econômicas que implicam na sua permanência na terra. As famílias vivem em uma condição em que conquistaram a terra, mas não possuem as condições necessárias para que possam se desenvolver socialmente e economicamente.

A realidade mostra que, enquanto o Estado direciona investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento da agricultura moderna no cerrado piauiense, os camponeses resistem para permanecer em seus territórios sem recurso e sem assistência. Um dos entrevistados acrescenta que é uma questão difícil e que sofrem, pois não conseguem sobreviver apenas do seu processo produtivo para sobreviver, culminando na saída para trabalharem em atividades vinculadas ao agronegócio.

Eles tem que sair pra fora, trabalhar no cerrado, porque eles não conseguem se alimentar daquele alimento o ano todo porque falta água e as vezes não e todo agricultor camponês que tem aquela condição de comprar um motor pra trabalhar durante o ano, no período do verão, pra molhar as plantação, então eles planta mais é no inverno (Entrevista D)⁹.

Aqueles que saem para trabalhar no cerrado, a atividade desenvolvida está relacionada ao trabalho braçal conforme mencionado durante entrevista. “eu ainda trabalhei uma vez na serra, 12 dias, juntando rama pra produzir soja” (Entrevista E)¹⁰. Essa é a realidade vivenciada no cerrado e uma das razões evidenciadas é a baixa escolaridade, sendo a mão de obra mais qualificada vindo de fora do estado.

Eu acho muito ruim as pessoas de fora vim pro lugar da gente, em vez dos daqui tá trabalhando, aí vem os de fora tomar conta do nosso lugar, aí nós num tem serviço porque os de fora que toma conta do nosso lugar, aí fica ruim pra gente (ENTREVISTA F).

É importante ressaltar que esse processo traz à tona uma questão importante sobre o trabalho assalariado no campo que corrobora com o debate sobre o fim ou permanência do campesinato frente a territorialização do capital. É importante ainda comentar que muitos assentados, veem o agronegócio enquanto possibilidade de desenvolvimento e oportunidade de emprego.

O pessoal tem essa questão de dizer que o agronegócio traz um impacto muito grande ao meio ambiente, pra mim não, eu acho que a questão da soja trabalha com a tecnologia e acompanhamento, eu acho que não traz tanto prejuízo a questão do meio ambiente não, eu acho que traz um resultado muito bom que é gerar emprego e renda pra essa região (...) eu acho que a questão do agronegócio não influenciou muito na questão dos pequeno não, acho que melhorou muito porque além de gerar emprego, tem colocado muitas pessoas no mercado de trabalho (Entrevista G)¹¹.

Por outro lado, é válido mencionar que esse processo tem intensificado a problemática da questão fundiária a medida em que a terra torna-se valorizada, abrindo caminho para a grilagem de terras. No PA Fazenda Flores um dos desafios que as famílias vêm enfrentando é com relação a conflitos com pessoas que não são do assentamento e que se apresentam como donos de propriedades localizadas dentro dos limites da área. Em uma região onde a grilagem de terras é muito forte, os assentados sentem-se inseguros com o futuro do assentamento, caso essa problemática não seja solucionada, como explicitado no trecho de entrevista:

Os grileiros que num tem terra e querem entrar no terreno que o governo desapropriou pra essas 58 famílias e eles querem entrar dizendo que tem direito nessa parte. Tem outro que tá lá no mei da terra dizendo que é uma terra que ele comprou. Eu não sei pra quê eles querem. Eu sei que eles entra e é um conflito grande porque os associado não quer deixar eles aí dento, aí o INCRA nunca vem resolver o pobrema (Entrevista G)¹².

No tocante ao posicionamento institucional do INCRA sobre os casos de grilagem no assentamento, é importante destacar, conforme explicado pelo técnico agrícola do INCRA durante a entrevista que ainda não há uma solução:

Assim, a situação geral do Flores, lá tinha grilagem dentro da área, o rapaz dizia que era dono de uma parte da área, eu não tenho conhecimento se já foi resolvido, inclusive eu andei notificando esse invasor, na época era só uma pessoa que fez

um desmatamento com trator. Eu não sei se tem casos atualmente, porque é com a ouvidoria do INCRA e não sei se foi resolvido esse problema (Entrevista H)¹³.

Diante do exposto, os assentados, para solucionar a questão, estão optando pelo estabelecimento da divisão dos lotes dentro da área do assentamento como forma de minimizar ao longo do tempo os conflitos.

O primeiro desafio que nós tamo enfrentando aí, com fê em Deus vamo se organizar primeiro, é fazer a dividição de lotes, que o georreferenciador que nós tamo esperando, a gente ta correndo atrás pra da tudo certo. Por que assim [...] esse é um dos maiores desafios nossos, por que [...] nós temo muito grileiro aqui, todo lado aí um quer dar uma puxada, como aqui a terra é muito boa, produtiva e tem o valor alto, eles sempre quer ta puxando um pouquinho. Inclusive nós temos muitos conflitos sobre isso. Nós já fomo por justiça e tudo e a gente fazendo esse loteamento tirando um pedaço pra cada um, cada qual vai tomar conta do que é seu e aí eu acho que diminui, nós queremos que diminua, com fê em Deus é pra diminuir. É um dos maior desafio nosso (Entrevista I)¹⁴.

Entretanto, O técnico agrícola do INCRA relatou as dificuldades para o loteamento da área enfatizando que os assentados não possuem o título de domínio da área, mas apenas um documento de concessão

Na Fazenda Flores nenhum tem título, lá inclusive tá num processo, porque o INCRA tá sem condições de fazer loteamento, lá o assentamento é comunitário, eles tão num processo de discussão pra eles mesmo pagarem a empresa pra fazer o loteamento pra poder o INCRA titular. Já fizeram uma reunião, não deu certo porque queria entrar como pessoa física e o INCRA não aceita, tem que ser pessoa jurídica. Fizeram outra reunião, o INCRA já deu autorização pra fazer o loteamento, só que lá tem um grupinho de assentamento que é minoria que não quer fazer o pagamento (Entrevista H).

A falta de um documento definitivo é uma das questões que os deixa inseguros com relação à posse da terra frente ao avanço da sojicultura na região.

No tocante ao pagamento para a divisão em lotes, ficou claro na realização do trabalho de campo que muitos assentados discordam do pagamento por não disporem de condições financeiras e por entenderem que o INCRA deveria ser o responsável pela divisão dos lotes na medida em que o processo de desapropriação e criação do assentamento foi conduzido pela instituição.

Além dessas questões, segundo os entrevistados, outro elemento importante a ser evidenciado é a participação dos movimentos sociais na mobilização e articulação na região sudoeste, pois os mesmos têm concentrado suas ações mais ao norte do estado do Piauí, o que pode ser percebido na fragilidade da organização dos camponeses que vão assistindo o avanço do agronegócio sobre seus territórios..

O território ainda é muito desocupado, o movimento social ainda tem uma dificuldade muito grande de apropriação dessas áreas da região, nós sabemos que é um local que tem muita terra ainda do Estado que precisa ser ocupada, mas que ainda nós do movimento social ainda num tem essa apropriação para ocupar esse território, porque nós tem várias dificuldades, uma delas é... o enfrentamento com os latifundiários aqui nessa região, que o próprio governo do Estado dar a

mão total, ele apoia mais a pessoa do latifundiário de que o movimento social, então a gente ainda num tem essa apropriação, essa questão de ocupar o espaço, o território, a gente ainda tem bastante dificuldade (ENTREVISTA C).

Analisando as entrevistas realizadas no PA Fazenda Flores foi possível perceber os desafios enfrentados pelos camponeses desde o acesso por meio da desapropriação da área. A leitura que os assentados fazem da questão da apropriação do território revela as dificuldades para a territorialização dos assentamentos naquela região.

A gente ver assim, uma questão muito difícil, dessa apropriação que embora a gente esteja no assentamento, já tenha a terra, mas nós não tem ainda a apropriação do território como total (...) é uma área muito de latifundiários, que o latifundiário é quem manda, quem manda é quem tem mais dinheiro né, nessa região (ENTREVISTA C).

Diante dos relatos, compreende-se que todas essas questões se colocam como implicações à permanência das famílias no assentamento. O processo de expansão do capital no cerrado piauiense levanta questionamento sobre o futuro dos assentamentos de reforma agrária e das comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse artigo procuramos demonstrar que a permanência de uma estrutura fundiária concentrada torna visível o tamanho dos desafios enfrentados pelos assentados após a conquista da terra.

No Piauí, os dados sobre o número de assentamentos e famílias assentadas apresentou um quadro evolutivo após a década de 1990, no entanto, os avanços no número de assentamentos criados e famílias assentadas, não foram capazes de promover a desconcentração fundiária no estado. Junta-se a isso a expansão da fronteira agrícola para o cerrado piauiense que dificulta a desapropriação e criação de novos assentamentos nessa área.

Outro dado importante é o número de assentamentos criados e famílias assentadas no norte do Piauí, enquanto no cerrado do sudoeste piauiense não se observa um quantitativo de assentamentos que configurem uma espacialização das lutas por todo o estado. O que se observa é a apropriação dessa região por novos atores sociais e consequentemente pelo capital estabelecendo condições que limitam a territorialização dos assentamentos rurais.

A leitura que os assentados fazem sobre a realidade vivenciada é que no cerrado piauiense com o avanço da fronteira agrícola, as dificuldades para criação de novos assentamentos e os desafios para permanecerem na terra são visíveis.

NOTAS

4 De acordo com Silva (2012), logo após o *1º Congresso Nacional dos Sem Terra*, setores da Igreja Católica vinculados à luta pela terra e os sindicatos de trabalhadores rurais da região de Picos e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), forneceram o apoio necessário à constituição do Movimento no estado. A primeira ocupação (1985) de terras organizada pelo MST no estado, ocorreu no município de São João do Piauí. Após cinco anos de acampamento, como fruto da atuação do MST, tem-se o primeiro assentamento

- do Piauí, conquistado por meio de uma ocupa o: o Assentamento Marrecas;
5 Informa es cedidas pelo INCRA-PI por meio do portal Lei de Acesso a Informa o;
6 Entrevista A realizada no dia 28 setembro de 2018;
7 Entrevista B realizada no dia 19 de janeiro de 2018;
8 Entrevista C realizada no dia 28 de setembro de 2018;
9 Entrevista D realizada no dia 28 de setembro de 2018;
10 Entrevista E realizada no dia 28 de setembro de 2018;
11 Entrevista F realizada no dia 28 de setembro de 2018;
12 Entrevista G realizada no dia 01 de outubro de 2018;
13 Entrevista H realizada no dia 25 de setembro de 2018;
14 Entrevista I realizada no dia 20 de janeiro de 2018.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. G.; SODRÉ, R. B.; MATTOS JUNIOR, J. S. de. O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: impactos da expansão do agronegócio na microrregião de Chapadinha. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 248-271, 2019.
- ALVES, V. E. L. **Mobiliza o e moderniza o nos cerrados piauienses**: forma o territorial no império do agronegócio. 2006. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ANDRADE, P. S. de; VIANA, M. R. Entre o avanço do agronegócio e as políticas de assentamentos rurais: a interven o pública na questão agrária e fundiária piauiense. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 19, n. 30, p. 80-97, jan./abr. 2016.
- FERNANDES, B. M. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, E. (org.). **Dez anos de governos p s-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 191-205.
- GOMES, D. da S. **Assentamentos rurais no Piauí**: caracteriza o econ mica e ambiental do assentamento Angico Branco – Castelo do Piauí. 2011. 61 f. Disserta o (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- INCRA, Instituto Nacional de Coloniza o e Reforma Agrária. **Projetos de reforma agrária conforme fase de implementa o**, 2017. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf. Acesso em: 20 fev. 2018.
- MONTEIRO, M. do S. L.; AGUIAR, T. de J. A. Ocupa o do cerrado piauiense: valoriza o fundiária e consequências ambientais. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. p. 211-233.
- SANTOS, C. C. M. dos. **O espírito do capitalismo na ocupa o dos cerrados da Bahia e do Piauí**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2015.
- SANTOS, J. R. dos. **A questão agrária no Piauí e as políticas de sustentabilidade para os assentamentos rurais**: a experiência do assentamento Quilombo em Altos/José de Freitas-PI. 2007. 147 f. Disserta o (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.
- SILVA, G. O. da. **Um levante no sertão do Piauí**: a trajetória camponesa na forma o do assentamento Marrecas (1985-1995). 2012. 162 f. Disserta o (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.